

# Política

— CRISE —



Sant'Anna falou com os ministros, ontem.

## O Bloco do Sarney, tomando corpo.

"Está surgindo uma nova aliança que incluirá partidos e parte de partidos", disse ontem o ministro do Desenvolvimento Urbano, deputado Prisco Viana, após visitar o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna em seu gabinete na Câmara. Ele admitiu que na próxima semana se intensificarão os contatos para a formação da nova base político-parlamentar do governo", negando-se porém a admitir que do referido bloco resulte, de imediato, um novo partido, reforma ministerial e alteração de pontos polêmicos do projeto da Nova Constituição.

"O bloco não tem nada a ver com a formação imediata de novo partido, o que exige operação complexa e demorada e que representaria agressão aos partidos já existentes. Não creio que ele determine também imediata reforma ministerial, embora seja previsível o ajuste político à nova presença do governo dele decorrente", disse Prisco Viana.

### Com os ministros

O líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, esteve ontem também com o presidente José Sarney, a quem apresentou um relato sobre as articulações que vem desenvolvendo para organizar a base de sustentação parlamentar para o governo. O deputado Carlos Sant'Anna aproveitou a reunião com alguns ministros, que foram convocados ao Palácio do Planalto pelo presidente — para receber informações sobre o teor das medidas econômicas ontem divulgadas — e sustentou a importância da formação de uma maioria de apoio ao presidente da República.

Além dos líderes Carlos Sant'Anna e José Lourenço, do PFL, participaram do encontro os ministros Antonio Carlos Magalhães, João Alves, José Hugo, Iris Resende, Jader Barbalho, Ronaldo Costa Couto e José Reinaldo, além do assessor especial do presidente, o ex-deputado Thales Ramalho. O líder governista no senado, Saldanha Derzi, não participou da reunião, pois se encontra fora de Brasília.

O deputado Carlos Sant'Anna informou que a reunião não foi convocada para uma avaliação das articulações em torno da formação do bloco da maioria governista, e que só tomou a iniciativa de abordar o assunto para informar aos presentes que ela está sendo organizada através de uma coalizão de forças. O parlamentar afirmou também que os partidos que aderirem ao grupo da maioria não perderão sua identidade, pois a idéia não é organizar uma nova agremiação política.

Conforme exposição apresentada pelo líder governista ao presidente Sarney, a nova maioria já está expressa, faltando apenas fundamentá-la. O deputado baiano sustentou ainda junto aos ministros e ao presidente da República que todo governo democrático precisa ser sustentado por uma maioria e, no caso do Brasil, quando ela não existe, sempre acaba havendo crise política.

Carlos Sant'Anna disse ainda que a nova maioria é basicamente formada por forças políticas heterogêneas, mas nada impede que o conjunto de um partido possa aderir ao bloco, sem que isso implique a perda da sua identidade. O deputado informou que o presidente Sarney não fez qualquer pergunta sobre o assunto, limitando-se a ouvir sua exposição. Ele comentou também que a adoção de medidas econômicas não vai afetar a unidade do bloco, porque elas são necessárias e inadiáveis.

# SEIS ANOS

(É o ministro Brossard, sugerindo.)

# QUATRO ANOS

(É o general Boscacci, dizendo que é possível.)

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, defendeu ontem, em Porto Alegre, a manutenção do mandato do presidente José Sarney em seis anos, conforme estabelece a atual Constituição. "Já é tempo de nós nos acostumarmos a cumprir a lei neste País", argumentou Brossard, ironizando que os grupos que defendem a redução do mandato querem "praticar a democracia sem cumprir a lei". Para o ministro, a modificação do atual dispositivo constitucional é "contrária aos interesses públicos".

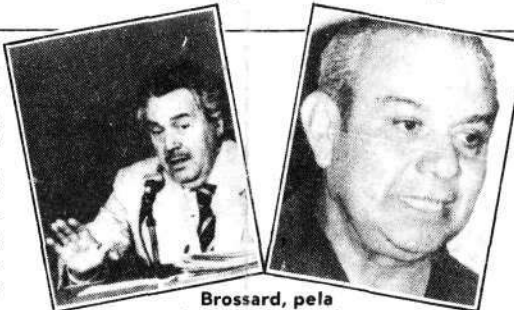
Por outro lado, em entrevista à imprensa na sala VIP do Aeroporto Salgado Filho, Paulo Brossard defendeu a manutenção do calendário que prevê para 15 de novembro próximo a realização das eleições municipais. "Não acredito no adiamento das eleições, porque se trata de uma norma legal estabelecida e que deve ser respeitada", frisou.

Em relação à afirmação do presidente Sarney de que há fortes grupos de oposição querendo que ele renuncie ou se suicide — feita em entrevista ao jornal *Correio Brasileiro*, de Brasília —, o ministro da Justiça comentou: "Há, de fato, grupos que parecem desejar mesmo a eliminação do presidente José Sarney, chegando aos limites da grosseria".

Como exemplo, citou o fato de um jornal nordestino ter lamentado o fato de que a lancha em que Sarney viajava até a ilha Fernando de Noronha não tivesse naufragado — em vez de ter apenas ficado avariada —, já que aquela região do mar é cheia de tubarões. Lembrou ainda que quando Sarney resolveu trocar a mobília do seu gabinete e substituí-la pelos antigos móveis da presidência, utilizados por Getúlio Vargas, não faltou quem lamentasse que ele não tivesse recolhido também a cama, aludindo ao suicídio de Vargas.

"Decididamente não são frases de espírito elevado. Trata-se de baixaza de sentimento. Mas felizmente é uma fração molecular do País. A sociedade brasileira no seu todo não se enquadra neste sentido", afirmou Brossard, acrescentando: "Acho mesmo que o presidente nos seus três anos de mandato tem tido ilimitada paciência, tolerância e temperança, que, ao meu juízo, são incedíveis". Indagou quem são estes grupos, para Brossard, não resolve nada. O fato concreto é que existem determinados "comportamentos que deliram".

O ministro da Justiça ironizou, por outro lado, as notícias sobre a iminente im-



Brossard, pela lei. Boscacci, pela Constituinte.

plosão do PMDB: "Desde que o MDB e depois o PMDB foi criado, não se fala noutra coisa, que é autodestruição, divisão ou esfacelamento do partido. As manchetes nunca saíram disso. Mas eu sempre falei: ninguém é obrigado a entrar no PMDB, tampouco agora existe obrigação de ficar no partido".

## Para o general, vale o que a Constituinte decidir.

"Não vejo nenhum problema", afirmou ontem, em Porto Alegre, o comandante militar do Sul, General Edison Boscacci Guedes, ao se manifestar sobre a possibilidade de redução do mandato do presidente Sarney para quatro anos, pela Constituinte. Apesar das notícias de que os ministros militares teriam pressionado os constituintes, inclusive com ameaças de golpe, para garantir os cinco anos para o presidente, o general Guedes frisou que "deverá ser cumprido o que os constituintes decidirem; todos nós brasileiros seguiremos, não só os militares. Estamos aguardando o que for concluído".

A manifestação foi feita em rápida entrevista à imprensa, após a Missa de Ação de Graças pelo aniversário da Revolução de 1964, celebrada na catedral metropolitana, e na qual o comandante militar do Sul afirmou também que o espírito da revolução "sempre continuou. E justamente este espírito democrático que nós trouxemos e com o qual respaldamos os próprios políticos para redemocratizar o País. Foi o que nós sempre fizemos e o que está acontecendo agora". Indagado se o presidencialismo é melhor para o País, o general Guedes respondeu que "o melhor sistema de governo é aquele que der o melhor para o povo,

der aquilo que o povo quer, liberdade para trabalhar e poder desenvolver este País".

O comandante militar do Sul também se manifestou sobre as declarações do presidente Sarney de que há grupos querendo levá-lo à renúncia ou ao suicídio e disse que, se forem feitas, "foi um desabafo momentâneo, não creio que tenha profundidade". Indagado se há um clima para prejudicar o presidente, ele respondeu: "sinceramente, não acredito. Não há clima para esta natureza de ação".

A missa de ação de graças pelo aniversário da revolução foi celebrada pelo arcebispo de Porto Alegre, dom Claudio Colling, e teve a presença do alto comando militar do Sul, entre dezenas de militares que lotaram a catedral, mas não contou com a participação do governador Pedro Simon. No seu sermão, o arcebispo leu praticamente toda a mensagem do general Guedes, alusiva ao aniversário da revolução e que será lida hoje nas unidades militares sob seu comando.

Entre outros trechos, a mensagem enfatiza que "a revolução é um fato tão real quanto a Independência, a Abolição e a Proclamação da República" e que a atuação do Exército "imprimiu correção à trajetória e possibilitou o reencontro com a direção almejada". Depois de repetir as manifestações do comandante, o arcebispo disse que fazia dele as suas palavras. Depois, continuou seu sermão afirmando que, como consequência da revolução, houve o restabelecimento do clima de respeito, da ordem, o "saneamento da situação" e foram "tocados privilégios que muitos julgavam intocáveis".

Considerou também que ainda não passou o tempo suficiente para, que, "desapixonadamente", no decurso da história, se dê o "justo valor" ao que aconteceu, "fazendo o discernimento do que tem valor". Segundo ele, hoje há um outro ambiente político e os que "foram atingidos por medidas saneadoras estão em plena liberdade, que acho até um pouco exagerada, pois ligo a televisão e vejo a apresentação do Partido Comunista Brasileiro, apresentando o comunismo como uma panacéia da liberdade miraculosa. São mentiras deslavadas. Ideologias que querem nos impingir, mas a nação brasileira sabe ser livre, separando o joio do trigo". Acrescentou que há de chegar o dia e a hora em que "o Brasil caminhará num clima de paz e do Exército, a Marinha e a Aeronáutica conservarão o seu juramento de fidelidade à Nação, fiel à sua história, seu passado e ao sentimento geral do povo cristão".

## Pedido a Ulysses: plebiscito.

Um plebiscito nacional fixando o mandato do presidente José Sarney. É o que vai requerer ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o Comitê Nacional Pró-Diretas/88. Solicitando que a Constituinte dê andamento ao projeto de resolução, em

tramitação no Congresso, que dispõe sobre a realização de um plebiscito para fixar o mandato de Sarney, o comitê pretende reunir, no próximo dia 13, representantes das entidades civis, presidentes de partidos, governadores e políticos (que defendem eleições este ano), para o

encaminhamento formal do requerimento a Ulysses. Em telex para as 26 seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil que coordenam os comitês estaduais pró-diretas/88, Márcio Thomaz Bastos sugeriu que "avancem na idéia da realização do plebiscito".

## PT e PDT unidos, pelas eleições.

O PDT e o PT gaúchos decidiram unir-se na campanha a ser deflagrada em defesa de eleições diretas para presidente ainda este ano. Em reunião realizada ontem, em Porto Alegre, os presidentes regionais do PDT, Matheus Schmidt, e do PT, deputado Raul Pont,

certaram fazer um novo encontro, na próxima terça-feira, convidando representantes também de outros partidos, como o PCB, PC do B e PSB, para definir a data de uma grande manifestação por diretas-já em Porto Alegre e com as presenças de Luis Inácio Lula da Silva e

Leonel Brizola. O ato público deverá ser em abril e os organizadores pretendem contar também com a participação do senador Fernando Henrique Cardoso. Segundo o deputado Raul Pont, há uma concordância entre o PT e o PDT quanto à necessidade de mobilizações populares.



## Sarney: querem acabar comigo.

As palavras *renúncia* e *suicídio* voltaram ao vocabulário do presidente José Sarney. Em entrevista exclusiva publicada ontem pelo *Correio Brasileiro* ele se diz convencido da existência de uma campanha organizada com o objetivo de provocar o caos no País e de levá-lo à renúncia ou ao suicídio, como ocorreu com Getúlio Vargas, em 1954.

O presidente admite ainda que um golpe agora não seria indolor e significaria retrocesso não de 20, mas de 30 anos atrás; nega que houve pressões para os constituintes votarem pelo presidencialismo e cinco anos de mandato; diz que foi abandonado pelos partidos quando mais precisava de apoio; admite que já não há mais dinheiro para pagar o funcionalismo e que o governo está emitindo e pedindo empréstimos para isso; e embora garanta já ter uma base de sustentação de 320 parlamentares, admite também estar ainda indeciso quanto às medidas econômicas (amargas) que o governo deverá tomar.

Aqui, alguns dos principais trechos de sua entrevista ao jornal de Brasília:

"Estão fazendo como fizeram no tempo do Getúlio Vargas. Uma campanha orquestrada com o intuito de levar o presidente da República a renunciar ou ao suicídio. Existem setores que torcem para que tudo piore cada vez mais, para que os caos se instale definitivamente no País, para que não haja a mínima condição de governabilidade. Não há neste movimento qualquer consciência histórica, não se medem as consequências."

"Como tenho dito, não há clima para golpe. Mas se isto ocorresse, seria muito mais grave do que se pode pensar e o retrocesso não seria de 20, mas de 30 anos. E não seria um processo indolor. É por isso que tenho lutado com todas as forças, mesmo diante de tanta incompreensão e o impatriotismo de alguns, para a consolidação do processo de redemocratização do País."

"Com relação aos militares o que posso dizer é que consegui atraí-los para essa luta pelo restabelecimento da democracia. Eles estão absolutamente engajados no sucesso da transição democrática."

"Até hoje não apareceu nenhum parlamentar que tivesse sido pressionado. Aponte-me um sequer."

"Ninguém pode mudar o regime de governo sem a participação da sociedade. O que houve foi que a imprensa passou a anunciar que a Constituinte aprovaria o parlamentarismo — havia inclusive um gabinete pronto, escolhido — e os quatro anos, sem considerar-se a opinião pública nacional, nem a tendência da maioria dos constituintes."

"A imprensa, cujo papel é informar corretamente o leitor, tem-se desviado deste papel e se engajado em alguns movimentos, desconsiderando a realidade dos fatos. Depois, como foi o caso da votação do sistema de governo e do mandato, fica obrigada a se justificar pelas posições assumidas."

"Tenho um projeto político e entendo que para manter a posição de magistrado não devo estar vinculado a nenhum partido político."

"Foram os próprios partidos que me abandonaram na hora de maior dificuldade. Fecharam comigo na época do sucesso do Plano Cruzado, mas quando precisei de apoio isto me foi negado."

"Não está havendo pressão por parte dos empresários. O que há é que eles estão defendendo seus interesses."

"As medidas que serão adotadas não atingirão nenhum programa social. Quanto à questão dos salários, vamos ter que tomar uma medida que ainda não está definida. Infelizmente não temos mais dinheiro para pagar o funcionalismo público. Já estamos emitindo dinheiro e pedindo empréstimos para pagar os funcionários. Isso porque não houve o crescimento esperado da arrecadação, enquanto o funcionalismo cresceu."

"Não há condições técnicas para isso. Se congelássemos os preços ocorreriam os mesmos problemas que enfrentamos com o Plano Cruzado..."

"Não há pacote. Há um elenco de medidas econômicas. Não sei se elas sairão logo. Ainda estamos estudando. Não há ainda uma decisão."